



Procuradoria Geral do Estado

RESOLUÇÃO PGE Nº 4.247/2018 DE 03 DE AGOSTO DE 2018.

**APROVA AS MINUTAS-PADRÃO DE
TERMO DE DOAÇÃO DE BEM MÓVEL
(P- 03/18), TERMO DE CESSÃO DE USO
DE BEM MÓVEL (P-04/18), TERMO DE
PERMISSÃO DE USO DE BEM MÓVEL
(P-05/18) E TERMO DE
TRANSFERÊNCIA DE BEM MÓVEL (P-
06/18)**

O PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº: E-14/001.015699/2018;

Considerando caber à Procuradoria Geral do Estado a supervisão dos serviços jurídicos da Administração Direta e Indireta no âmbito do Poder Executivo (Constituição Estadual, art. 176);

Considerando que a Procuradoria Geral do Estado, no exercício de suas funções, busca um melhor atendimento aos órgãos locais e setoriais do Sistema Jurídico;

Considerando que tal atendimento visa orientar os citados órgãos no que diz respeito à elaboração dos editais, contratos e anexos, assim como ao seu aprimoramento, estabelecendo padronização sem descaracterizar as peculiaridades de cada contratação e,

Considerando a necessidade de viabilizar oportunidade para que os órgãos e entidades da Administração Pública Estadual possam se manifestar a respeito das minutas-padrão editadas, com vistas ao seu aperfeiçoamento,

RESOLVE:

Art. 1º - Determinar a divulgação no *site* da Procuradoria Geral do Estado das minutas-padrão de termo de doação de bem móvel, termo de cessão de uso de bem móvel, termo de permissão de uso de bem móvel e termo de transferência de bem móvel.

Art. 2º - Caberá à Coordenadoria, Consultoria e Advocacia Preventiva do Sistema Jurídico (PG-15) promover as alterações determinadas por esta Resolução nas respectivas minutas-padrão disponibilizadas na página da internet da Procuradoria Geral do Estado, de acordo com as especificidades de cada uma destas.

Art. 3º - Eventuais dúvidas ou esclarecimentos em relação aos dispositivos constantes desta Resolução deverão ser formalmente encaminhados à Coordenadoria, Consultoria e Advocacia Preventiva do Sistema Jurídico (PG-15), pelo órgão jurídico.

Art. 4º - Esta Resolução deverá ser divulgada às Assessorias Jurídicas da Administração Direta e Indireta e, ainda, na página da internet da Procuradoria Geral do Estado.

Art. 5º - A presente Resolução entrará em vigor na data da sua publicação.

Rio de Janeiro, 03 de agosto de 2018.

RODRIGO CRELIER ZAMBÃO DA SILVA
Procurador-Geral do Estado